

Portaria afeta a exploração de gás

Senadores apontaram impacto de novas regras na área ambiental sobre exploração de gás no Estado

MARCOS ROSETTI
DE BRASÍLIA

Uma portaria do Ibama publicada no Diário Oficial do último dia 16 dificulta em algumas regiões e impede em outras, a exploração de gás no Espírito Santo.

O fato foi denunciado ontem no Senado, pois atinge seis municípios capixabas no momento em que o Estado se prepara para incrementar a produção de gás: Conceição da Barra, Linhares, Jaguaré, Sooretama, Pedro Canário e São Mateus.

De acordo com os senadores Marcos Guerra e João Baptista Mota, ambos do PSDB, o Ibama decidiu – sem ouvir as comunidades envolvidas – ampliar a área do Parque Nacional de Abrolhos, no Estado da Bahia, que era de 10 quilômetros, para 250 quilôme-

tros, compreendendo limites que vão desde a foz do Rio Jequitinhonha até a foz do Rio Doce no Estado.

“Enquanto o presidente Lula afirma que vai compensar a perda de gás da Bolívia, com a exploração de gás no Estado, mas o Ibama age na contramão. Fizeram uma demarcação sem consultar ninguém. A nova área ambiental foi criada pelo Ibama sem que segmentos dependentes da economia da região fossem ouvidos. Além da prospecção de gás natural que o Brasil necessita para fugir da sua dependência do mineral boliviano, pescadores também serão prejudicados”, disse Guerra.

A Portaria de número 39 diz que fica proibida qualquer atividade de exploração de hidrocarboneto. Para o senador Guerra, o santuário ecológico de

abrolhos deve ser preservado.

Mas alertou para o fato de Ongs de outros países estarem ditando regras no Brasil. Por isso defende o projeto do senador Camata, que obriga o Ibama a ouvir o Senado antes das demarcações.

O senador João Baptista Motta acusou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de prejudicar o Espírito Santo.

“A área tombada, por sua abrangência, prejudica a exploração do gás natural por refinarias de petróleo no Espírito Santo”, disse.

Mota é relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto do senador licenciado Gerson Camata (PMDB), que obriga o Ibama a ouvir o Senado antes de delimitar qualquer área.

“O Ibama não pode invadir a autonomia dos estados e baixar portarias sem ouvir ninguém”, disse Mota da tribuna da Casa. Recebeu apoio do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) que defendeu a revogação da portaria.



Instalação de sistema de gás: críticas para novas regras